

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS SOLEDADE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Cassia de Ramos Peres

**AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS DE IMOBILIZADO: UM
ESTUDO NA RÁDIO ALFA**

SOLEDADE

2014

CASSIA DE RAMOS PERES

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS DE IMOBILIZADO: UM
ESTUDO NA RÁDIO ALFA

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Soledade, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Evelise de Souza Auler

SOLEDADE

2014

CASSIA DE RAMOS PERES

**AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS DE IMOBILIZADO: um
Estudo na Rádio Alfa**

Trabalho de Conclusão apresentado e aprovado em
01/12/2014, como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso
de Ciências Contábeis da Universidade de Passo
Fundo, campus Soledade, pela Banca Examinadora
formada pelos professores:

Profa. Esp. Evelise de Souza Auler
UPF – Orientadora

Prof. Esp. José Roberto Soveral
UPF

Prof. Esp. Fabio A. Rezende Padilha
UPF

SOLEDADE

2014

*Dedico esse trabalho aos meus pais
José Gilberto e Dinair,
ao meu irmão Vinicius,
e a todos que estiveram ao meu lado
nessa caminhada acadêmica!*

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente quero agradecer a Deus pela oportunidade de realizar esse trabalho, me dando força, fé e coragem para concluir esse curso de graduação.

Um agradecimento especial aos meus pais José Gilberto e Dinair, que me incentivaram a estudar desde os primeiros passos, sem medir esforços para me ajudar, nunca me deixando desistir dessa caminhada nem sequer um segundo me ajudando a realizar mais uma etapa da minha vida.

Também quero agradecer ao meu irmão Vinicius que, de uma forma ou de outra sempre me apoiou.

A professora Evelise de Souza Auler, minha orientadora, que foi fundamental para o desenvolvimento desse trabalho desde o início até a realização, obrigada pela compreensão e apoio que me deste nesse período.

Aos meus colegas de aula, que fizeram parte dessa caminhada comigo, enfrentaram a cada dia os mesmos desafios e que a partir daqui fazem parte da minha história de vida, muito obrigado por conhecer vocês, são realmente muito especiais.

Aos professores que se dedicaram em transmitir seus conhecimentos, colaborando dessa forma para a minha formação profissional e que me proporcionaram momentos de aprendizado que levarei para o resto da vida.

Aos demais familiares, colegas de trabalho e amigos, que de uma forma ou de outra, colaboraram para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

Afinal... A todos que apoiaram e colaboraram para a realização deste.

Muito Obrigada!!!

Suba o primeiro degrau com fé.
Não é necessário que você veja toda a escada.
Apenas dê o primeiro passo
“Martin Luther King”

RESUMO

PERES, Cassia de Ramos. **Controle Interno do Imobilizado: Um estudo de caso na Rádio Alfa**. Soledade, 2014 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2014.

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância de um controle interno eficiente e eficaz dentro de uma organização, pois o mesmo é necessário para a redução e detecção de fraudes e erros e para obtenção de informações confiáveis na tomada de decisão. O controle interno tem como objetivo proteger os ativos da empresa e produzir dados confiáveis para a mesma, gerando benefícios econômicos, garantindo dessa forma a continuidade dos negócios. O estudo buscou identificar aspectos conceituais, estruturais e operacionais relacionados à contabilidade, auditoria e controle interno, especialmente na área do ativo imobilizado, por meio de um levantamento bibliográfico, de caráter descritivo, através de um estudo de caso nos controles internos na área do ativo imobilizado da Rádio Alfa. Em função dos objetivos e natureza deste trabalho, aplicou-se uma pesquisa qualitativa, com análise de dados, através da aplicação de um questionário. Sendo assim, ao final desse trabalho, percebeu-se que a empresa possui pontos do sistema de controle interno que precisam ser melhorados e aprimorados, dessa forma foram recomendadas medidas de melhorias para que a empresa possa minimizar os riscos e aperfeiçoar o sistema de controle interno.

Palavras-chave: Auditoria. Controles internos. Imobilizado.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – Principais Diferenças entre auditor interno e externo

TABELA 1 – Comparativo Registro Imobilizado x Registro Contábil

TABELA 2 – Inspeção Física de Bens

TABELA 3 – Análise do Cálculo de Depreciação

TABELA 4 – Teste de Recuperabilidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Identificação e Justificativa do problema	12
1.2 Objetivos	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Contabilidade	14
2.1.1 Origem da Contabilidade.....	14
2.1.2 Conceitos e definições	15
2.2 Auditoria	16
2.2.1 Conceitos e definições	16
2.2.2 Objetivos da Auditoria.....	17
2.2.3 Auditoria externa	18
2.2.4 Auditoria interna.....	19
2.2.5 Principais diferenças entre auditor interno e externo	20
2.3 Controle interno	21
2.3.1 Conceitos e definições	21
2.3.2 Objetivos do controle interno	22
2.3.3 Princípios do controle interno.....	23
2.3.3.1 Responsabilidade	23
2.3.3.2 Rotinas internas	23
2.3.3.3 Acesso aos ativos.....	24
2.3.3.4 Segregação de funções	25
2.3.3.5 Confronto dos ativos com os registros	25
2.3.3.6 Amarrações do sistema.....	26
2.3.4 Custo do controle X benefícios	27
2.3.4.1 Limitações do controle interno	28
2.4 Auditoria do ativo imobilizado	28
2.4.1 NBC TG 27 Ativo imobilizado	29
2.4.2 Procedimentos de auditoria para o Ativo imobilizado	30
2.4.2.1 Papel do trabalho de movimentação de contas.....	31
2.4.2.2 Conferência dos saldos iniciais e finais.....	31
2.4.2.3 Verificação de existência física	31
2.4.2.4 Teste de aquisições	33

2.4.2.5 Teste das despesas e manutenção de reparos.....	33
2.4.2.6 Teste das depreciações.....	33
2.4.2.7 Teste das baixas	34
2.4.2.8 Verificação da conta de imobilizações em andamento.....	35
2.4.2.9 Verificação de propriedade e ônus sobre os imóveis	35
2.5 Controles internos para imobilizado.....	36
3 METODOLOGIA.....	37
3.1 Delineamento da pesquisa.....	37
3.2 Variáveis de estudo.....	38
3.3 Procedimento e técnicas de coleta de dados	39
3.3.1 Análise e interpretação dos dados	39
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
4.1 A Empresa.....	41
4.2 Avaliação do controle interno.....	42
4.3 Procedimento de auditoria aplicado ao imobilizado	43
4.3.1 Comparativo registro do imobilizado x registro contábil.....	43
4.3.2 Inspeção física	44
4.3.3 Conferência dos cálculos de depreciação	45
4.3.4 Teste de recuperabilidade	46
4.4 Recomendações	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	51

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento e expansão de mercados, pequenas e grandes empresas sentiram a necessidade de aprimorar os procedimentos de auditoria e controle interno.

No Brasil, a necessidade da captação de recursos de terceiros fez com que empresas buscassem auditores independentes para que suas demonstrações contábeis se tornassem mais confiáveis. Nesse sentido, as empresas também tiveram que investir em tecnologia e melhorar seus procedimentos de controle interno, com interesse de reduzir custos e tornar-se mais competitivo no mercado.

Não só no Brasil, mas em muitos países, a atividade de auditoria tornou-se ferramenta indispensável no apoio à tomada de decisões de administradores e investidores.

Segundo Almeida (2010, p. 4), nas últimas décadas, instalaram-se no Brasil diversas empresas com associações internacionais de auditoria externa. Isso ocorreu devido ao fato da necessidade legal, principalmente nos Estados Unidos da América e na Europa, pelo fato dos investimentos no exterior serem auditados. Essas empresas praticamente iniciaram a auditoria no Brasil, trazendo um conjunto de técnicas de auditoria, que depois foram aperfeiçoadas.

A auditoria dentro da empresa pode ser definida como algo que melhora as operações dentro da organização, ajudando-a atingir seus objetivos, através da gestão de controles de riscos. Por outro lado, há outros motivos que levam uma empresa a contratar um auditor independente, como por exemplo: obrigação legal, por serem S/A de capital aberto, instituições financeiras, empresas de grande porte, ou por estar estabelecido em estatuto, como nas fundações, associações e cooperativas.

As entidades, a cada dia, buscam aperfeiçoar seus sistemas, para garantir o crescimento e a continuidade das mesmas, dessa forma procuram controles internos eficientes e que lhe garantam segurança, para que as metas de organização e seus objetivos fiquem livres de fraudes e erros.

Ainda na visão de Almeida (2010, p. 2), o risco de acontecer erros em uma empresa controle internos eficientes, é muito menor do que uma empresa com controle interno ruim. O auditor externo utiliza o sistema de controle interno da empresa para determinar a amplitude

dos testes de auditoria, isto é, quando o controle interno for bom, o auditor externo faz um menor volume de testes, caso contrário, o auditor externo faz um maior volume de testes.

Nesse sentido, percebe-se que controle interno tem um papel importante dentro das empresas, que busca proporcionar propiciar um ambiente de transparência dos atos administrativos e de suas consequências, principalmente na área do ativo imobilizado, pois ele corresponde a uma parcela significativa dos ativos da empresa, pois estão classificados no ativo não circulante da empresa, nos investimentos, esses bens não destinados à venda, somente a manutenção das atividades da empresa.

Dessa forma, diante da importância do ativo imobilizado dentro das organizações, fica visível a importância de controle interno eficiente, de forma que proteja os ativos das entidades e ofereça-lhes segurança.

1.1 Identificação e justificativa do problema

Justifica-se que os procedimentos de auditoria são importantes para aumentar a confiabilidade dos investidores, sendo que são processos de decisões tomadas em conjunto. Nesse sentido, são utilizadas várias técnicas para a realização do trabalho, e dessa forma chegar a um objetivo.

A auditoria é uma atividade dinâmica e está em constante transformação. Segundo Perez Júnior, “a auditoria é uma técnica autônoma entre as técnicas da Ciência Contábil, razão pela qual tem o objeto perfeitamente identificado e definido”. (PEREZ JÚNIOR, 1998, p.14).

Para Lopes de Sá (2002, p. 21) “a auditoria contábil é uma tecnologia que se utiliza da revisão, da pesquisa, para fins de opinião e orientação sobre situações patrimoniais de empresas e instituições, e ainda, discorra que a auditoria é o exame de demonstrações e registros administrativo”.

Nesse sentido, pode-se observar que sem a ajuda da tecnologia ficaria mais difícil à percepção de dados importantes que devem ser avaliados nesse contexto. Dessa forma, chegamos à seguinte reflexão:

Os controles internos do ativo imobilizado da Rádio Alfa estão gerando dados confiáveis para a tomada de decisões de seus gestores?

1.2 Objetivos

Neste item, serão abordados os objetivos gerais e os objetivos específicos para um melhor entendimento do trabalho apresentado.

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar os controles internos existentes no ativo imobilizado da Rádio Alfa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar referencial teórico bibliográfico sobre contabilidade, auditoria e controle interno, especificadamente na área de imobilizado.
- Avaliar, por meio de questionário, os controles internos na área de imobilizado da Rádio Alfa.
- Aplicar procedimentos de auditoria no ativo imobilizado da empresa estudada.
- Apresentar, caso necessário, sugestões de melhorias para o ativo imobilizado, que possam auxiliar a administração da empresa na condução do negócio.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

2.1.1 Origem da Contabilidade

Segundo Iudícibus (2004, p. 34) não é descabido afirmar-se que a noção de conta, e de Contabilidade seja tão antiga quanto à origem de Homo sapiens. Alguns historiadores salientam que os primeiros sinais da existência de contas aconteceram aproximadamente 2000 a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já praticavam uma forma de Contabilidade.

Ainda, de acordo com Iudícibus (2004, p. 35), é correto afirmar que: a Contabilidade teve evolução lenta até o aparecimento da moeda. Na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se apenas de um inventário físico, sem avaliação monetária.

Entretanto, o homem da antiguidade se preocupava bastante com as propriedades e riquezas, e teve que ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram se desenvolvendo em dimensão e em complexidade (IUDÍCIBUS; 2004, p. 35).

Conforme a equipe de professores da FEA/USP (1998, p. 21), tem-se a seguinte definição sobre as origens da contabilidade:

O desenvolvimento inicial do método contábil esteve intimamente associado ao surgimento do Capitalismo, como forma quantitativa de mensurar os acréscimos ou decréscimos dos investimentos iniciais alocados a alguma exploração e seu florescer foram, por sua vez, fortemente amparados pelo surgimento e a perfeição das partidas dobradas, o que equivale a dizer que se verificou uma interação entre os dois fenômenos.

De acordo com Lopes de Sá (2010, p. 23), o nascimento da contabilidade é o da inscrição de elementos da riqueza patrimonial, passando aos poucos, a registros de melhor qualidade.

Sendo assim, percebe-se que já era praticada uma forma de contabilidade desde a época da troca pura e simples, mesmo como um inventário físico sem avaliação monetária, pois o homem da antiguidade se preocupava bastante com seus bens e riquezas. A contabilidade teve papel muito importante desde o aparecimento da moeda até os dias de hoje, sendo aperfeiçoada por seus usuários.

2.1.2 Conceitos e definições

Segundo Padoveze (2004, p. 29), contabilidade pode ser definida como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade.

Para a equipe de professores da FEA/USP (1998, p. 21) a contabilidade, na qualidade de ciência aplicada é utilizada para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais e financeiras, sendo pessoa física, entidades sem fins lucrativos, empresas, Pessoas de Direito Público, como Estado, Município, União.

De acordo com Attie, (2011, p. 4),

A contabilidade tem a finalidade precípua de promover os meios informativos e de controle com o intuito de colocar todos os dados ocorridos na empresa e que tenham, ou possam ter, impactos e causar, variações em sua posição patrimonial. A Contabilidade é o instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela gestão da administração da entidade.

Ainda para Attie, (2011, p. 4), o método contábil consiste na captação, classificação e cálculos das operações contábeis, pela documentação interna ou externa, para que sejam registrados de forma permanente, armazenados de acordo com a natureza e fatos administrativos, seguindo os princípios contábeis, órgãos reguladores para uma melhor análise e interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis.

Dessa forma, a contabilidade tem um papel fundamental, pois tem a finalidade de controlar o patrimônio de uma empresa, e mais do que isso, ela tem a importante função de dar as informações necessárias para que a administração possa tomar suas decisões da melhor forma possível, baseada em fatos verdadeiros que possam lhe trazer confiança na hora da tomada de decisão.

2.2 Auditoria

2.2.1 Conceitos e definições

Segundo Perez Júnior (1998, p. 13), a auditoria: “pode ser definida como o levantamento, o estudo e avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade”.

Conforme Attie (2011, p. 5), a auditoria das demonstrações contábeis visa às informações que estão no balanço, evidentemente assim todas as informações ali contidas serão examinadas. O exame de auditoria envolve a verificação da documentação, livros e registros com características controladoras, obtenção de evidências de caráter interno e externo. A importância que se dá a cada situação depende de uma série de decorrências dos diferentes setores que compõem uma organização.

De acordo com Lopes de Sá (2002),

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azidental, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados. (2002, p. 25).

De forma bastante simples, pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. (CREPALDI; 2011, P.3).

Segundo Crepaldi (2000, p. 27), “a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes”.

Ainda, na visão de Crepaldi (2011, p.02), ao contador compete conhecer profundamente as técnicas de apresentação das demonstrações contábeis, enquanto ao auditor compete conhecer com minudência as técnicas para avaliar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa.

2.2.2 Objetivos da Auditoria

Segundo Attie (2011, p. 12), o objetivo do exame normal de auditoria das demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ainda conforme Attie (2011, p.12), o objetivo principal da auditoria pode ser descrito como processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade da totalidade das demonstrações contábeis feitas pela companhia auditada. Em seu exame o auditor utiliza procedimentos e critérios que lhe tragam provas e que assegurem a efetividade dos valores que estão nas demonstrações contábeis, e por outro lado cerca-se de procedimentos que lhe permitam assegurar-lhe a inexistência de valores ou fatos que não constem nas demonstrações contábeis que sejam úteis para seu bom entendimento.

De acordo com Crepaldi, (2000, p. 27),

O objetivo do exame das demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes, aos períodos em exame, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, aplicados com uniformidade durante o período.

Conclui-se, assim, que o objetivo da auditoria é expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, verificando a veracidade das mesmas, analisando se as mesmas estão adequadas e evidenciam a posição patrimonial da empresa auditada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2.3 Auditoria Externa

Para Almeida (2010, p. 1), a auditoria externa surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. No início as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a expansão do mercado, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investindo no desenvolvimento e tecnologias, melhorando os controles internos em geral, tendo como objetivo principal a redução dos custos, dessa forma tornando mais competitivos seus serviços e produtos no mercado.

Na visão de Almeida (2010, p. 13), os principais motivos que levam uma empresa a contratar um auditor externo ou independente são os seguintes:

- Obrigação legal (companhias abertas, fundos de pensão, seguradoras e quase todas as entidades integrantes do SFN).
- Como medida de controle interno tomada pelos acionistas, proprietários ou administradores da empresa.
- Imposição de um banco para ceder empréstimo.
- Imposição de um fornecedor para financiar a compra de matéria-prima.
- Atender as exigências do próprio estatuto ou contrato social da companhia ou empresa.
- Para efeito de compra da empresa (o futuro comprador necessita de uma auditoria a fim de determinar o valor contábil correto do patrimônio líquido da empresa a ser comprada).
- Para efeitos de incorporação, fusão, cisão ou consolidação.

Dessa forma, conclui-se que a auditoria externa ou independente surgiu das necessidades das entidades em demonstrar credibilidade nas suas demonstrações contábeis, oferecendo maior confiabilidade aos seus usuários.

2.2.4 Auditoria Interna

Conforme Almeida (2010, p. 5), a origem da auditoria interna deu-se por que:

A administração da empresa, com expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar maior importância às normas ou aos procedimentos internos, porque o administrador, ou em alguns casos o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. Entretanto, de nada valia a implantação desses procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento, no sentido de verificar se estes estavam sendo empregados pela empresa. (2010, p. 5)

Para Crepaldi (2000, p. 41), a auditoria interna “constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

O autor ainda salienta que a auditoria Interna é uma atividade de avaliação dentro da empresa, específica para revisar as operações, como um serviço prestado a administração, com um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim. (CREPALDI, 2000, p. 41)

O Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC TI 01 (2003, s/p) conceitua que a Auditoria Interna compreende:

[...] os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Segundo Lopes de Sá (2002, p. 41), “quando a verificação dos fatos é realizada por funcionários da própria empresa, constituindo um serviço, uma seção ou departamento, a intervenção ou censura denomina-se auditoria interna”.

Sob o ponto de vista de Almeida (2010, p. 5), o auditor interno surgiu como uma ramificação da profissão de auditor externo e, conseqüentemente do contador. O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve ser subordinado àqueles cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver trabalhos os quais um dia possa vir a examinar (como lançamentos contábeis, por exemplo) para que não interfira na sua independência.

Nesse sentido, percebe-se que a auditoria interna é útil à administração da empresa, pois obtém uma visão completa da entidade, sob forma de testes, revisando as demonstrações da empresa, verificando a qualidade dos trabalhos, tudo isso de forma periódica.

2.2.5 Principais diferenças entre auditor interno e externo

Para Almeida, as principais diferenças entre auditor interno e o auditor externo são as seguintes:

Auditor interno	Auditor externo
- É empregado da empresa auditada;	- Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
- Menor grau de independência;	- Maior grau de independência;
- Os principais objetivos são: <ul style="list-style-type: none"> • Verificar se as normas internas estão sendo seguidas; • Verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes; • Efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais; 	- O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
- Maior volume de testes (tem maior tempo na	- Menor volume de testes, já que está interessado

empresa para executar os serviços de auditoria).	em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.
--	---

Quadro 01 – Auditor Interno X Auditor Externo
 Fonte: ALMEIDA, 2010, p.6

Conforme observado no quadro acima, a diferença básica entre a auditoria interna e a externa é o grau de dependência entre as duas. O auditor interno é empregado da empresa auditada ficando dependente da empresa onde trabalha, respondendo por seus atos somente perante a empresa, já o auditor externo não possui vínculo empregatício com a empresa auditada, tendo um grau de independência maior, emitindo um parecer sobre as demonstrações financeiras da empresa e verificando se as mesmas estão de acordo com a situação patrimonial e se foram elaboradas em conformidade com os princípios de contabilidade.

2.3 Controle Interno

2.3.1 Conceitos e Definições

De acordo com Almeida (2010, p. 42), controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Para o AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*) (apud ATTIE et al., 2011, p.188), a definição para os sistemas de controles internos, é a seguinte:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

“A administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de seu cumprimento pelos funcionários e por sua modificação, visando adaptá-lo às novas circunstâncias” (CREPALDI, 2013, p. 474).

Segundo Lopes de Sá (2002, p.105), antes de elaborar um plano ou programa que guiará os trabalhos de auditoria, é necessário observar como se encontram os controles internos da empresa. Quanto melhor o controle, mais segurança no trabalho. Quanto menor o controle, mais cuidado exigido na execução de tarefas. A profundidade dos exames será determinada pela avaliação dos controles internos.

Dessa forma, percebe-se que o controle interno é um elemento indispensável em uma organização, principalmente se for de grande porte, pois serve para propiciar atos administrativos transparentes as empresas, protegendo assim os ativos das mesmas auxiliando na produção de dados contábeis confiáveis e principalmente como forma de direcionar a auditoria das mesmas.

2.3.2 Objetivos do Controle Interno

Segundo Attie (2011, p. 195) o controle interno tem quatro objetivos básicos:

- A salvaguarda dos interesses da empresa.
- A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais.
- O estímulo à eficiência operacional.
- A aderência às políticas existentes.

Segundo Crepaldi (2000, p. 201), um bom sistema de controle interno funciona como uma peneira na detecção de erros e irregularidades. O auditor pode reduzir o volume de testes de auditoria se a empresa tiver um bom controle interno, caso contrário o auditor deve aumentá-lo. Observa-se que o auditor sempre executa testes, mesmo no caso do controle interno ser excelente.

“O controle interno é parte integrante de cada segmento da organização e cada procedimento corresponde a uma parte do conjunto do controle interno” (ATTIE, 2012, p.185)

Sendo assim, é possível perceber o quanto o controle interno é importante nas empresas, desde a aplicação de testes pelos auditores até a forma como é conduzido pela administração, pois a ausência do mesmo pode trazer danos irreversíveis à empresa, como fraudes, roubos, irregularidades levando à empresa a falência. Resumindo, um controle interno eficiente gera redução nos custos e continuidade para as organizações.

2.3.3 Princípios do Controle Interno

Para Almeida (2010, p. 43), a administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação se está sendo seguido pelos funcionários, e por sua modificação, no sentido de adaptá-lo a novas circunstâncias.

Os princípios do controle interno são divididos em: responsabilidade, rotinas internas, acesso aos ativos, segregação de funções, confronto dos ativos com os registros e amarrações do sistema.

2.3.3.1 Responsabilidade

Conforme relata Almeida (2010, p.43), “as atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização”.

O autor ainda salienta as razões para se definirem as atribuições: assegurar que todos os controles serão executados; detectar erros e irregularidades; apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização de transações da empresa (ALMEIDA, 2010, p.43).

2.3.3.2 Rotinas Internas

Segundo Almeida (2010, p. 44-45), a empresa deve definir no manual de organização todas as suas rotinas internas. Essas compreendem:

- a) Formulários internos e externos, como, por exemplo:
- requisição de material ou serviços;
 - formulário de cotação de preços (para solicitar preços aos fornecedores);
 - mapa de licitação (para selecionar o fornecedor as melhores condições comerciais)
 - ordem de compra (para formalizar a compra junto ao fornecedor);
 - aviso de recebimento de material (evidência do recebimento de bens comprados);
 - mapa de controle de programação financeira;
 - fichas de lançamento contábil;
 - boletim de fundo fixo (para fins de prestação de contas dos valores pagos através do caixa);
 - carta de comunicação com bancos;
 - formulários de devolução de material;
 - pedido de vendas;
 - adiantamento para viagem;
 - relatório de prestação de contas de adiantamento para viagem;
- b) instruções para preenchimento e destinações dos formulários internos e externos;
- c) evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (assinaturas, carimbos etc);
- d) procedimentos internos dos diversos setores da empresa, como, por exemplo:
- compras no país e no exterior; contas a pagar; programação financeira; caixa; controle de faturamento; créditos e cobrança; vendas; fiscal; almoxarifado e controladoria.

Portanto, para a sua melhor organização e controle, a empresa deve ter um manual de rotinas internas e organização, evitando assim fraudes e erros dentro da empresa, pois dessa forma os funcionários sabem que serão cobrados pelos seus atos.

2.3.3.3 Acesso aos Ativos

Conforme relata Almeida (2010, p. 45-46), a empresa deve limitar o acesso dos funcionários a seus ativos e estabelecer controles físicos sobre esses. O acesso aos ativos da empresa representa:

- manuseio do numerário recebido antes de ser depositado em conta corrente bancária;
- emissão de cheque sozinho (única assinatura);

- manuseio de cheques assinados;
- manuseio de envelopes de dinheiro de salários;
- custódia de ativos (dinheiro em caixa, cautelas de títulos, estoques, imobilizado, etc)

São exemplos de controles físicos sobre ativos:

- local fechado para o caixa;
- guarda de títulos em cofre;
- fábrica deve ser totalmente cercada e na saída os funcionários ou terceiros com embrulhos e carros devem ser revistados (poderiam estar levando bens indevidamente da empresa)

Cabe destacar que o acesso aos ativos pode ser de forma direta (fisicamente) ou de forma indireta, por meio da preparação de documentos que autorizam sua movimentação.

Sendo assim, percebe-se que os acessos aos ativos devem ser limitados, somente pessoas autorizadas devem ter acesso aos mesmos, isso requer uma organização maior dentro da empresa, onde a mesma deve ter um controle físico maior sobre seus bens.

2.3.3.4 Segregação de Funções

Ainda conforme Almeida (2010, p. 46), a segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não possa ter acesso aos ativos e também aos registros contábeis, devido essas funções serem incompatíveis dentro de um sistema de controle interno.

Portanto, é recomendável que exista segregação de funções dentro das empresas, pois a mesma pessoa não deve ter acesso a setores diferentes, onde facilitaria transações que possam ficar ocultas dentro da organização.

2.3.3.5 Confronto dos ativos com os registros

Na opinião de Almeida (2010, p. 46-47), a empresa deve estabelecer procedimentos de forma que seus ativos estejam sobre a responsabilidade de alguns funcionários e sejam

periodicamente confrontados com os registros contábeis. O objetivo desse procedimento é descobrir desfalque de bens ou de registro contábil inadequado de ativos.

São exemplos desse confronto:

- contagem de caixa e comparação com saldo do razão geral;
- contagem física de títulos e comparação com saldo da conta investimentos do razão geral;
- conciliações bancárias (reconciliação, em determinada data-base, do saldo da conta corrente bancária com o livro razão da contabilidade, com o saldo do extrato enviado pelo banco);
- inventário físico dos bens do estoque e do ativo imobilizado, confronto com os registros individuais e comparação do somatório dos saldos desses registros com o saldo da respectiva conta do razão geral.

Se a empresa não adota o procedimento de comparar os ativos com registros contábeis, fica em aberto a possibilidade de o funcionário responsável apropriar-se indevidamente do ativo sem que esse fato seja descoberto por muito tempo.

Resumindo, a empresa deve fazer confrontos periódicos dos bens com os registros contábeis, evitando assim que pessoas responsáveis pelo setor possam de apoderar indevidamente de bens da empresa, isso depende de organização entre os setores da mesma.

2.3.3.6 Amarrações do Sistema

Conforme relata Almeida (2010, p. 47), o sistema de controle interno deve ser realizado de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência, isso exige uma série de providências, são as seguintes:

- transporte de valores dos documentos para os registros iniciais;
- transporte dos valores iniciais para os registros intermediários
- transporte dos valores de registros intermediários para os registros finais;
- transporte dos valores dos registros finais para o razão geral;
- somas do razão geral e dos registros iniciais, intermediários e finais.
- conferência independente dos cálculos, como por exemplo:
 - a) cálculos da valorização das quantidades dos estoques transferidas ou baixadas;

- b) cálculos das depreciações;
- c) cálculos das provisões;
- d) cálculos de atualizações de dívidas em moeda estrangeira;
- e) cálculos de elaboração das notas fiscais de vendas;
- conferência da classificação contábil de todos os registros finais;

- controles sequenciais sobre as compras e vendas, de forma a assegurar-se que estas foram contabilizadas na época devida. Deve ser centralizado o recebimento e ter uma numeração sequencial nas notas fiscais de compras de fornecedores. A contabilidade deve ter um controle sobre as notas fiscais de compra e venda, observando se estão sendo contabilizadas dentro do regime de competência;

- as rotinas internas de controle devem ser determinadas de forma que uma área controle a outra. Como por exemplo, em um sistema de compras e pagamentos a empresa teria as seguintes áreas envolvidas:

- setor requisitante; setor de compras; setor de recepção; setor de contabilidade; setor de computador; setor de compras a pagar; setor financeiro; setor de contabilidade.

Dessa forma, todas essas providências devem ser tomadas afim de que as transações ocorram de forma correta dentro da empresa, que os valores sejam registrados corretamente e dentro do período da competência.

2.3.4 Custos do Controle X Benefícios

Segundo Lopes de Sá (2002, p. 128), a avaliação dos controles internos não deve levar a intransigências ou a exageros da parte do auditor. Por exemplo, existem controles cujo custo é maior do que a perda pode causar, são casos de furtos de pequenos objetos em supermercados ou em lojas de varejo de muitos artigos.

O custo da vigilância excessiva pode ser maior do que a ocorrência do roubo. Nesses casos o auditor precisa conhecer as razões e aceita-las dentro de fundo de riscos que deve sugerir que sejam adotados. (LOPES DE SÁ, 2002, p.128)

Almeida (2010, p.49), tem a seguinte visão sobre o assunto:

O custo do controle interno não deve exceder aos benefícios que dele se espera obter. Isso quer dizer que os controles mais sofisticados (normalmente mais onerosos) devem ser estabelecidos para transações de valores relevantes, enquanto os controles menos rígidos devem ser implantados para as transações menos importantes.

Sendo assim, observa-se que o auditor e a administração da empresa devem saber como agir corretamente em cada situação, sem levar ao extremo ou exagero ou deixar de dar a devida importância para a mesma.

2.3.4.1 Limitações do Controle Interno

Segundo (Almeida, 2010, p.50) as limitações do controle interno são principalmente com relação a:

- conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa;
- os funcionários não são devidamente orientados e instruídos com relação as normas internas da empresa;
- funcionários negligentes na execução de suas tarefas diárias.

Conforme os pontos citados, mesmo no caso da empresa ter um excelente sistema de controle interno, o auditor externo deve executar procedimentos mínimos de auditoria.

Conclui-se, assim, que a empresa deve orientar de forma correta seus funcionários, treiná-los para que possam conhecer as normas internas da empresa, principalmente instruí-los de como executar suas tarefas de acordo com as exigências da entidade onde fazem parte.

2.4 Auditoria do Ativo Imobilizado

Na visão de Almeida (2010, p. 259), o ativo imobilizado é uma parcela significativa dos ativos da empresa, principalmente no caso de indústria. Esses bens têm uma permanência prolongada dentro da empresa, não são destinados à venda e são utilizados para suas atividades.

Sendo assim, o ativo imobilizado é mantido para o próprio uso da empresa, seja para o uso de produção de mercadorias, para fins administrativos e espera-se que sejam utilizados por um período prolongado de tempo, são destinados à manutenção das atividades da empresa.

2.4.1 NBC TG 27(R1) Ativo Imobilizado

O objetivo desta Norma é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam distinguir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a especificação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

De acordo com a Lei nº 11638/07, no ativo imobilizado serão classificados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (materiais) destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens (como leasing/arrendamento mercantil).

Como relata Almeida (2010, p. 259), esses ativos são contabilizados por todos os custos envolvidos em sua aquisição, instalação ou para colocá-los em funcionamento. Os bens do ativo imobilizado são deduzidos da depreciação, que representa um processo de apropriação de custo e despesa e conseqüente redução do valor contábil desses bens. A depreciação existe devido ao fato de que a maioria dos bens do ativo imobilizado tem uma vida útil limitada, e de acordo com os princípios contábeis o valor desses bens deverá ser registrado como custo ou despesa nos períodos contábeis para os quais a empresa os utiliza.

Segundo a NBC TG 27 (R1) o custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se: a) for provável que futuros benefícios econômicos agregados ao item fluirão para a entidade e; b) o custo do item possa ser avaliado confiavelmente.

A norma ainda determina que sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a empresa espera usá-los por mais de um período, assim como, se puderem ser utilizados somente junto

com itens do ativo imobilizado.

A NBC TG 27 não prescreve a unidade de medida para o reconhecimento, isto é, aquilo que constitui um item do ativo imobilizado. Assim, é necessário realizar julgamento ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas da entidade.

2.4.2 Procedimentos de auditoria para o ativo imobilizado

A fim de permitir um melhor entendimento sobre auditoria nessa área, serão apresentados a seguir alguns tópicos importantes relacionados com a contabilização do ativo imobilizado e com o controle de bens.

Para Almeida (2010, p. 260), como procedimento normal de auditoria, todas as contas relacionadas com o ativo imobilizado devem ser consideradas por ocasião de sua auditoria. Essas contas representam: custo; depreciação acumulada; despesa de depreciação; despesa de manutenção e reparos; valor da venda de bens do ativo imobilizado; valor contábil de bens do ativo imobilizado baixados, etc.

Segundo Perez Junior (2012, p.148), o planejamento dos trabalhos de auditoria na área de imobilizações deve ser coordenado com o de outras áreas, transações ou contas; desse modo, o exame de depreciação, amortização e exaustão deve ser coordenado com o teste de custo de produção e despesas operacionais.

Conforme Attie (2011, p. 474), a auditoria do ativo imobilizado tem as seguintes finalidades:

- a) determinar sua existência física e permanência em uso;
- b) determinar se pertence a empresa;
- c) determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade;
- d) determinar se o imobilizado não contém despesas capitalizadas e, por outro lado, as despesas não contém itens capitalizáveis;
- e) determinar se os bens do imobilizado foram adequadamente depreciados e atualizados em bases aceitáveis;
- f) determinar a existência do imobilizado penhorado, dado em garantia ou com restrição de uso; e
- g) determinar se o imobilizado está corretamente classificado no balanço patrimonial e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas.

2.4.2.1 Papel de trabalho de movimentação de contas

Para Almeida (2010, p. 266-267), os papéis de trabalho devem conter detalhes em reais e categoria de bens do ativo imobilizado:

- custo:
- saldo no início do período
- aquisições
- baixas
- transferências
- saldo no fim do período
- depreciação acumulada:
- saldo no início do período
- depreciações
- baixas
- saldo no fim do período

2.4.2.2 Conferências dos saldos iniciais e finais

Conforme Almeida (2010, p. 267), os saldos iniciais devem ser conferidos com os papéis de trabalho do ano anterior. Se caso a auditoria do ano anterior tenha sido feita por auditor independente, deve-se conferir os saldos iniciais com os papéis de trabalho desse outro auditor, assim como conferir os saldos finais com o razão geral.

2.4.2.3 Verificação de existência física

Segundo Almeida (2010, p. 267), a verificação física deve seguir as seguintes instruções:

- Obter uma listagem individual dos bens do ativo imobilizado, com data base do fim do período, e conferir a soma dessa listagem.
- Verificar se o total dessa listagem concorda com o saldo do custo no fim do período, apresentado no papel de trabalho de movimentação de contas.
- Selecionar bens para serem identificados fisicamente.
- Selecionar, aleatoriamente, bens fisicamente e identifique-os na listagem.

Durante a inspeção física verificar se não existem bens do ativo imobilizado obsoletos ou deteriorados, ou seja, bens que não estejam sendo utilizados, enferrujados etc. (ALMEIDA, 2010, p. 267)

Segundo Attie (2011, p. 212), exame físico é a verificação *in loco*, ou seja, deverá proporcionar ao auditor uma opinião quanto à existência física do bem ou objeto examinado. O exame físico realizado pelo auditor deve conter as seguintes características:

- a) identificação: comprovação através do exame visual do item específico a ser examinado;
- b) existência física: comprovação através da constatação visual, de que o objeto ou item realmente existe;
- c) autenticidade: poder de discernimento de que o item ou objeto examinado é fidedigno;
- d) quantidade: a apuração das quantidades reais existentes fisicamente, somente se dando por satisfeito após a apuração adequada;
- e) qualidade: exame visual de que o objeto examinado permanece em uso, não está deteriorado e merece fé.

O exame físico existe para o auditor se certificar de que realmente os itens ou objetos existem, se eles correspondem aos registros contábeis e se seus valores estão adequados, serve como exame complementar. (ATTIE, 2011, p.212)

Dessa forma, a realização do exame físico é indispensável, pois através dele pode se descobrir irregularidades que não seriam descobertas sem a realização do mesmo, pois o confronto dos saldos contábeis e da inspeção física pode demonstrar as irregularidades existentes.

2.4.2.4 Teste das Aquisições

Conforme Almeida (2010, p. 267-268), deve se observar se o total do universo de itens sujeitos a seleção concorda com o total da coluna da aquisição do papel de trabalho de movimentação de contas.

Para os itens selecionados deverão ser executados os seguintes procedimentos de auditoria:

- conferir o valor selecionado com a documentação de compra (observe se está em nome da empresa);
- inspecionar a documentação de compra (nota fiscal, pedido de compra ou contrato, mapa de licitação, cotações de preço e requisições de material/serviço) e atentar quanto a sua autenticidade;
- conferir a aprovação da compra segundo os limites de competência estabelecidos em norma internas da empresa

No caso de construção própria, verificar se foram debitados no ativo imobilizado todos os custos referentes à matéria-prima, mão-de-obra direta e gastos gerais de construção.

2.4.2.5 Testes das despesas e manutenção de reparos

Almeida (2010, p. 268), destaca os seguintes itens no testes das despesas e manutenção de reparos:

- Selecionar itens para serem testados. Observar se os gastos com manutenção, e também os gastos com reparos, não aumentam a vida útil do bem, e dessa forma, deverá ser tratado como despesa do ano.
- Inspecionar também a natureza comprobatória dos itens selecionados.

2.4.2.6 Teste das Depreciações

Para Almeida (2010, p. 268), é importante nos testes de depreciações:

- Verificar se a vida útil, estabelecida para cada classe de bens está adequada e consistente com a do ano anterior.
- Verificar se a benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com o prazo de contrato de aluguel.
- Verificar se o método de depreciação está de acordo com os princípios contábeis e é consistente com o ano anterior.
- Verificar a razoabilidade da classificação da depreciação e identifica-la (partindo do valor registrado no papel de trabalho de movimentação de contas) nas contas do razão de custo de produção e de despesa do período.
- Efetuar o cálculo global da depreciação por conta.

2.4.2.7 Teste das Baixas

Conforme Almeida (2010, p. 268-269), é considerável fazer os seguintes procedimentos nos testes das baixas:

- Selecionar por meio dos registros contábeis (verificar se o total está de acordo com o papel de trabalho de movimentação de contas), itens a serem testados e executar os seguintes procedimentos de auditoria:
 - inspecionar registros individuais e conferir os cálculos do custo e da depreciação acumulada;
 - inspecionar a autorização para a baixa, segundo está definido no manual interno da empresa;
 - no caso de venda, inspecionar a documentação comprobatória, identificar o valor de venda na conta receita de venda de bens do ativo imobilizado (outras receitas) e verificar se o valor é razoável em relação ao bem vendido.
- Selecionar alguns bens vendidos, partindo da conta de receita na venda de bens do ativo imobilizado, e verificar se o valor contábil dos bens vendidos foram baixados do ativo imobilizado.

- Verificar se o valor das baixas, segundo o papel de trabalho de movimentação das contas (custo deduzido da depreciação acumulada), concorda com o saldo da conta de valor contábil de bens do ativo imobilizado baixados (outras despesas).

2.4.2.8 Verificação da conta de imobilizações em andamento

Para Almeida (2010, p. 270), é importante ressaltar:

- Verificar a regularidade de aplicação de custos, se a conta específica do projeto vem recebendo custos normalmente. A falta de débitos recentes de custos poderá ser em função de o projeto ter sido abandonado, por não ser mais viável ou até mesmo por estar concluído.

- Inspecionar o plano do projeto, contratos de construção e orçamentos de custo, comparar a situação existente (custos acumulados, desenvolvimento físico etc), conversar com o pessoal técnico responsável, e sempre que possível visitar o local para se certificar que não existe nenhuma anormalidade.

- Para os projetos encerrados durante o período, verificar se todos os custos foram transferidos, para as contas definitivas do ativo imobilizado e conferir a data da transferência com a documentação comprobatória (certificado da engenharia etc).

2.4.2.9 Verificação de propriedade e ônus sobre os imóveis

Segundo Almeida (2010, p. 270), obter certidões negativas dos imóveis para a data do exame dos imóveis. Verificar se nessas certidões negativas os imóveis estão em nome da empresa e se não existem ônus sobre os mesmos. Caso existam ônus deve se verificar a transação foi devidamente aprovada. Caso o imóvel tenha sido dado em garantia de um financiamento, certifique-se de que o financiamento foi registrado no passivo da empresa, e que essa informação tenha sido divulgada em notas explicativas nas demonstrações financeiras.

2.5 Controles Internos para Imobilizado

Conforme Attie (2011, p. 492), a revisão do controle interno tem por finalidade determinar o grau de confiabilidade depositada no controle interno, para se definir os procedimentos de auditoria, a extensão e o momento em que serão aplicados.

Muito embora o controle interno seja variável de empresa para empresa, é recomendável que a administração estabeleça pontos fortes de controle que lhe concedam segurança. A título de exemplo, seguem alguns pontos de controle interno que podem ser encontrados na área do imobilizado:

- contagens físicas periódicas;
- balanceamento periódico das fichas individuais do imobilizado com os registros contábeis;
- sistema de autorização para aquisição e venda de bens do imobilizado;
- sistema de comunicação para os casos de transferências, obsolescência ou baixas de bens do imobilizado;
- limites definidos de capitalização quanto a valores e vida útil; e
- segregação de funções entre o setor de compras e a recepção dos bens do imobilizado.

3. METODOLOGIA

Para Diehl e Tatim (2004, p.47), “a metodologia pode ser definida como o estudo e avaliação de diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica”.

Para a pesquisa atingir seu objetivo principal faz se necessário o processo caracterizado como o “o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento” (GIL, 2006, p. 31).

Sendo assim, este capítulo apresentará os seguintes subitens: delineamento da pesquisa, variáveis de estudo, procedimento e técnica de coleta de dados e análise de dados.

3.1 Delineamento da Pesquisa

A presente pesquisa teve como objetivo geral avaliar os controles internos no ativo imobilizado da Rádio Alfa, com a finalidade de verificar a sua eficiência.

Gil (2007, p. 17) define pesquisa “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Para alcançar este objetivo, foi utilizado o método da pesquisa descritiva, onde foram observados, analisados e registrados fatos referentes ao funcionamento do ativo imobilizado da empresa juntamente com o com o sistema de controle interno utilizado.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 66), “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los” e “desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos”.

Quanto à natureza, trata-se de pesquisa aplicada, que de acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 55), é uma possibilidade interessante, que em geral se atém a problemas específicos de organizações e deve incluir uma preocupação teórica.

Ainda nesse contexto realizou-se uma pesquisa qualitativa, que na visão de Diehl e Tatim (2004, p. 52), “a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Conforme os dados necessários para desenvolvimento do estudo Silva e Menezes (2001, p. 20),

A pesquisa qualitativa é utilizada na interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados [...]. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Quanto ao procedimento técnico utilizado neste trabalho, denomina-se como estudo de caso que é caracterizado, conforme Gil (2006), pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, permitindo o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos.

3.2. Variáveis de Estudo

Para a realização do presente trabalho fez-se necessário o entendimento sobre conceitos de auditoria e controle interno, com foco na conta imobilizado.

Segundo Crepaldi (2000, p. 27), “pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Sobre controle interno, Attie (1998, p. 110), tem a seguinte visão:

“O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão

e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

3.3 Procedimentos e Técnica de Coletas de Dados

O procedimento técnico utilizado para a coleta de dados caracterizou-se como pesquisa documental, onde foram utilizados os seguintes relatórios fornecidos pela empresa: relatório de bens e balancete de verificação, para a realização da conferência do imobilizado, bem como, para a conferência dos saldos dos mesmos.

Segundo Diehl e Tatim (2004, p. 59) “a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo do trabalho”.

Na visão de Cervo e Bervian (2002, p.44), “a coleta de dados ocorre após a escolha e delimitação do assunto, a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos, a formulação do problema e das hipóteses e a identificação das variáveis”.

A coleta de dados foi realizada através de questionário aplicado na empresa, além de inspeção física, comparação do relatório de bens com o saldo do balancete de verificação, possibilitando a verificação do controle interno utilizado pela empresa, bem como a eficiência do mesmo.

3.3.1 Análise e Interpretação dos Dados

A partir da realização da pesquisa, há necessidade de que se organize os dados apurados, reuni-los de forma que possam ser analisados e dessa forma trazer resultados para a empresa.

Conforme Diehl e Tatim (2004, p. 86), depois de ordenar os dados, cabe ao pesquisador proceder à sua interpretação, buscando expressar o significado do material investigado e analisado em relação aos objetivos da pesquisa.

O referencial teórico tratou sobre a importância de um controle interno eficiente para que os bens da empresa possam estar protegidos, dessa forma analisou-se o nível do controle

interno utilizado pela empresa, sendo que, após a coleta de dados através de questionário, foram aplicados alguns procedimentos de auditoria do imobilizado como: Comparativo Registro Imobilizado x Registro Contábil, Inspeção Física de Bens, Análise do Cálculo de Depreciação, Teste de Recuperabilidade.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A Empresa

Papel vanguardista nos meios de comunicação teve a Rádio Alfa. Começou a funcionar em 18 de outubro de 1951.

No princípio, utilizando alto-falantes até a atualidade dispo de tecnologia de satélites como suporte de sua programação. A Rádio Alfa teve e continua tendo, papel importante na história da região. Seja no campo político, social econômico.

Com a missão de “Formar, informar e entreter, evangelizando e promovendo as pessoas na comunidade, defendendo e promovendo a vida e os valores como a família, a fraternidade a solidariedade, a justiça a paz, a ecologia e a integridade da criação, colaborando na formação religiosa, cultural, ética e cívica do povo”. A filosofia da emissora é: Construir a história em equipe, em comunidade, cultivando o espírito franciscano promovendo a Paz e o Bem, com uma programação com formato popular.

A emissora procura preservar as características culturais, sociais e promover o desenvolvimento da região. O jornalismo informativo e de serviço, direcionado ao público das classes B, C, D, em idade acima de 25 anos, elaborado e executado de forma séria, faz com que a Credibilidade da Alfa AM seja unanimidade nas recentes pesquisas de opinião pública, e assim um veículo de comunicação que é referência regional, quando o assunto é Informação. Tendo presente os elementos: ética, transparência e seriedade próprias da missão da emissora.

A Rádio Alfa faz parte de uma das maiores redes de rádio do Rio Grande Sul, que foi inaugurada em 1999 e engloba atualmente doze emissoras localizadas nas regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul. Abrange uma população estimada em três milhões de pessoas em mais de 120 municípios. É a única rede de rádios via satélite do interior do estado, com liderança de audiência em vários municípios onde atua. Profundamente ligada à sua

comunidade e formadora de opinião, essa rede de Rádio baseia sua programação no rádio jornalismo, no entretenimento e na religiosidade.

O sinal percorre mais de 120 municípios situados nas regiões Norte, Nordeste e Alto Uruguai, no interior do Rio Grande do Sul. Uma população aproximada de três milhões de pessoas recebe diariamente o sinal das emissoras.

4.2 Avaliação do Controle Interno

A avaliação dos controles internos utilizados na empresa buscou analisar sua eficiência na proteção dos ativos da mesma, verificando se os mesmos estão adequados, quanto à qualidade e a confiabilidade das informações prestadas e se estão compatíveis com o nível das atividades realizadas pela empresa.

De acordo com o questionário aplicado junto aos dirigentes da empresa (padrão de auditoria), observou-se que empresa possui bons procedimentos de controles internos, sendo que em alguns pontos há necessidade de melhorias a fim de qualificar o andamento das atividades da empresa, são mudanças necessárias para a melhoria das informações prestadas, principalmente para que os sistemas informatizados da entidade tragam maior segurança e gerem dados confiáveis para a mesma e também para seus dirigentes.

Sabe-se que um bom controle interno não conta somente com tecnologia avançada, mas também com pessoal treinado para que as realizações das atividades administrativas da empresa aconteçam da melhor forma possível.

O ativo imobilizado representa um valor significativo na empresa estudada, dessa forma percebe-se que o mesmo tem alguns pontos deficientes, os quais são:

- Existem normas que regulam aquisições de bens, no entanto, estas não são utilizadas sempre que são feitas aquisições na empresa, deixando a desejar nesse sentido.
- A empresa não realiza confrontos periódicos, ou seja, a empresa não tem controle total do físico existente.
- Observou-se que a empresa não tem um plano de manutenção de conservação de máquinas, veículos e equipamentos de escritório.
- A baixa de bens da Rádio Alfa é realizada pelo escritório central da empresa, não pela filial onde ficam os bens, somente com autorização do superintendente, bem como as doações.

- Não fica clara a política em caso de bens desaparecidos, pois em apenas alguns casos é feita uma investigação mais aprofundada sobre o bem que não é encontrado.
- Somente é feito seguro para o veículo da empresa.

Um bom controle interno se faz necessário na empresa, pois esse garante que seus ativos estejam protegidos, bem como a salvaguarda de seus bens. O controle interno também transmite maior confiabilidade nas informações prestadas à empresa, que são necessárias para a tomada de decisões corretas e seguras.

4.3 Procedimentos de Auditoria Aplicados no Imobilizado

Após a avaliação dos controles internos existentes na empresa, foram realizados alguns procedimentos de auditoria interna, sendo, o teste inicial, o confronto dos registros auxiliares do imobilizado versus o registro contábil.

Após foram realizados os procedimentos de inspeção física, conferência dos cálculos de depreciação e o teste de recuperabilidade.

4.3.1 Comparativo Registro Imobilizado x Registro Contábil

O primeiro teste realizado foi o de verificação do controle exercido pela empresa em relação aos saldos das contas do imobilizado, sendo a data base do exame de 30 de setembro de 2014, o que se apresenta na Tabela 1:

Tabela 1 - Comparativo registro imobilizado x registro contábil

Conta Contábil	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio	Diferença
Aparelhos e Acessórios	22.462,44	22.462,44	0,00
Aparelhos Irradianes AM	71.382,47	71.382,47	0,00
Aparelhos Irradianes FM	168.191,83	168.191,83	0,00
Aparelhos Telefônicos	20.489,69	20.489,69	0,00
Computadores e Periféricos	106.464,17	106.464,17	0,00
Condicionadores de Ar	7.105,41	7.105,41	0,00
Equipamentos Técnicos	102.350,56	102.350,56	0,00
Máquinas e Equipamentos	5.499,42	5.499,42	0,00
Móveis e Utensílios	57.133,29	57.133,29	0,00

Prédios	11.280,96	11.280,96	0,00
Terrenos	5.149,10	5.149,10	0,00
Veículos	5.000,00	5.000,00	0,00
Total			

Fonte: Balancete Contábil e Relatório Setor Patrimônio

Pôde-se concluir que os saldos do balancete e os saldos do relatório do setor de patrimônio estão de acordo, onde não foram encontradas diferenças de valor entre os mesmos.

4.3.2 Inspeção Física

A inspeção física foi realizada no mês de novembro de 2014. É importante ressaltar que a amostra selecionada procurou evidenciar os níveis de controles internos mantidos sobre os bens do imobilizado.

Dessa forma, procurou-se avaliar se os controles internos estão sendo eficientes dentro da empresa, de maneira que seus bens estejam sobre controle da empresa estudada.

Tabela 2 - Inspeção Física de Bens

Número	Descrição	Centro de Custo	Valor	Observação
05214	Computador		1.790,00	OK
05216	Monitor LCD		672,50	OK
05219	Impressora Laser		999,00	OK
05235	Impressora fiscal Bematech		2.000,00	Sem plaqueta
05014	Sofá		5.266,13	Sem plaqueta
05016	Cadeira Giratória		180,60	OK
05052	Mesa de Som		6.631,21	OK
05022	Aquecedor Elétrico		143,51	OK
05044	No Break		220,00	OK
05048	Refrigerador		348,00	Não localizado
05060	Televisor		386,00	OK
05161	Microfone Dinâmico		747,50	OK
05302	Televisor Philips 42" LED		2.699,00	OK
05018	Aparelho de Fax		159,69	OK
05159	Fone de Ouvido		113,40	OK
05001	Cadeira Estofada Fixa		146,30	OK
05114	Cadeira Giratória		180,60	OK
05162	Microfone Dinâmico		747,50	OK
05167	Microfone Dinâmico Cardioid Shure		1.921,00	OK
05273	Central Omnipex Office		12.000,00	OK
05249	HP Compaq 6005 AMD Phenom		1.890,00	OK
05319	Notebook I3 – Touch ASUS		1.949,00	OK
05050	Aparelho de CD		159,00	OK

05085	Mesa de Som	1.300,00	OK
05102	Aparelho de CD	580,23	OK
05105	Gerador Subcanal	220,05	OK
05107	Audio processador	526,21	OK
05261	Armário Artesano	480,00	OK
05262	Gaveteiro pasta suspense	560,00	OK
05289	Mesa FM	950,00	OK
05320	Micro Lenovo TC EDGE 72 Core 4GB Win 7	2.100,00	Sem plaqueta
05292	Computador Desk HP 6005 Win 7	1.859,00	OK
05196	Impressora	260,00	Não localizado
05285	Servidor Proliant ML 350	6.932,00	OK
05297	Cadeira Giratória	180,00	Sem plaqueta
05296	Microfone PGX24	649,90	OK
05287	Mesa de Gravação AM	3.000,00	OK
05003	Cadeira Estofada Fixa	146,30	OK
05221	Mesa para Escritório	420,00	OK
05008	Impressora	412,93	Não localizado
Total			

Fonte: Relatórios Setor Patrimônio.

Pela Tabela 2, verifica-se que a amostra selecionada foi composta por 40 itens do ativo imobilizado, sendo que desses itens 3 não foram encontrados, ou seja 7,5% da amostragem. Se esse percentual de erro for constatado na população total pode se avaliar que os sistemas de controles internos da empresa são deficitários, pois um percentual aceitável seria de até 5% de divergências nas quantidades.

O auditor ao selecionar uma amostra pequena espera não encontrar erros, no entanto, na empresa estudada isso não ocorreu, o que revela a falta de controles internos sobre os imobilizados.

O ideal é para a certeza dos controles internos e a existência dos bens físicos seria fazer uma análise geral mais aprofundada, porém, pela falta de tempo não pode se expandir as quantidades contadas.

4.3.3 Conferência dos cálculos de depreciação

Com base nos relatórios do setor de patrimônio da empresa, verificou-se se as taxas de depreciação e os saldos da depreciação acumulada estavam de acordo, conforme verifica-se na Tabela 3:

Tabela 3 - Análise do cálculo de depreciação

Número	Descrição	Aquisição	Valor	Taxa anual	Depreciação Acumulada
05321	Split 12000 BTUS	25/04/2014	1650,00	10%	71,96
05292	Computador Desk HP 6005 Wind 7- FM	14/08/2012	1859,00	20%	805,46
05316	Monitor 18,5	13/08/2013	490,00	20%	112,74
05319	Notebook I3 – Touch ASUS	13/11/2013	1.949,00	20%	349,70
05320	Micro Lenovo TC Edge 72 Core	10/03/2014	2.100,00	20%	235,67
05287	Mesa de Gravação AM	10/08/2012	3.000,00	10%	653,31
05305	Cadeira Reunião	21/06/2013	425,00	10%	55,11
05266	Antena tipo Grade Parabólica	18/05/2010	500,00	10%	354,87
05302	Televisor Philips 42” LED 3D Full HD	22/04/2013	2.699,00	10%	395,08
05291	Armário FM	10/08/2012	950,00	10%	206,94

Fonte: Relatórios Setor de Patrimônio.

Pelos cálculos realizados na tabela 3, verifica-se que os cálculos feitos pelo setor de contabilidade da empresa e que as taxas estão em consonância com as taxas de depreciação e vida útil dos bens.

4.3.4 Teste de Recuperabilidade

O teste de recuperabilidade foi realizado com base nos valores de mercado, sendo que o bem testado foi o veículo, com base nos valores da FIPE, conforme verifica-se na Tabela 4: Tabela 4 - Teste de Recuperabilidade

Bem	Data Aquisição	Valor Contábil	Valor Justo	Diferença
05284	24/05/2012	5.000,00	16.846,00	11.846,00

Fonte: Relatórios Setor de Patrimônio.

Pela tabela 4 pode se observar que o valor contábil do veículo está menor do que o valor de mercado (FIPE), isso se deve ao fato de que o veículo foi comprado de outra empresa do mesmo grupo de rádios, por isso foi registrado com um valor baixo, pois o mesmo foi comprado por esse valor.

4.4 Recomendações

Com base na avaliação dos controles internos da empresa estudada, bem como os procedimentos de auditoria interna avaliados, percebe-se que há algumas recomendações a serem feitas, com o objetivo de melhorar a eficiência dos mesmos.

Recomenda-se que seja feito um controle periódico dos bens obsoletos ou inexistentes, para que sejam efetuados os devidos procedimentos de baixas e os devidos ajustes para que estejam de acordo com os registros do patrimônio.

Ainda, é recomendável que as compras dos bens do ativo imobilizado estejam regulamentadas em normas ou manual da empresa.

É importante a realização de um plano para conservação de veículos, equipamentos de escritório e outros utilizados pela empresa estudada.

Recomenda-se que as transferências internas de bens sejam informadas ao setor competente para que sejam feitos os devidos ajustes.

Como sugestão, nos casos dos bens desaparecidos, recomenda-se que seja criada uma política na empresa, onde sejam averiguadas as causas do desaparecimento dos mesmos.

As recomendações acima vêm de encontro com necessidades que foram verificadas no decorrer do trabalho para um melhor controle em relação ao ativo imobilizado da empresa. São sugestões que visam melhorar a gestão através de procedimentos que podem trazer mais eficácia as rotinas, a fim de reduzir os riscos e aprimorar o processo de controle interno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão e crescimento do mercado de trabalho as empresas sentiram necessidade de ampliar os controles dentro das organizações. Um controle interno eficiente e eficaz que auxilie a empresa a evitar fraude e erros, ajudando a obter dados confiáveis e principalmente que traga benefícios econômicos dando continuidade aos negócios, seria o ideal em todas as empresas, mas sabe-se que nem sempre isso é possível.

O presente trabalho buscou evidenciar a importância da implementação de controles internos, que visem preservar os bens que constituem o ativo imobilizado das empresas, através da aplicação dos conteúdos da revisão bibliográfica sobre contabilidade, auditoria interna e externa, controle interno e auditoria do ativo imobilizado.

Para o desenvolvimento do estudo de caso e com base nos procedimentos de auditoria estudados foram aplicados alguns procedimentos de auditoria para verificar se os controles internos no ativo imobilizado da empresa estudada estão sendo eficientes.

A partir desse questionamento foi elaborada uma verificação sobre as rotinas desenvolvidas pela empresa quanto ao controle de seu ativo imobilizado, utilizando questionário padrão para a análise do mesmo, onde foi possível verificar a conformidade ou não das rotinas e práticas determinadas para um controle interno eficiente.

Para os controles internos que não estão apropriados foram sugeridas alguns procedimentos para reduzir as falhas encontradas. Foram recomendadas normas mais específicas e a utilização das mesmas, revisões físicas periódicas, atualizar o sistema de transferência interna de bens e também um plano de conservação para máquinas e equipamentos.

Sendo assim espera-se, com o presente trabalho, demonstrar a relevância dos procedimentos de auditoria e controles internos no ativo imobilizado da empresa estudada, pois o mesmo tem por objetivo melhorar e adequar os sistema de controle interno da Rádio Alfa, ajudando assim a empresa a atingir suas metas, garantindo assim a sua continuidade e geração de futuros benefícios econômicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, William. **Auditoria. Conceitos e Aplicações**. 6ª ed. 4. reimp São Paulo: Atlas, 2011.
BRASIL. Resolução CFC Nº. 986/03. Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº. 1.177/09**. Aprova a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 10. ed. São Paulo:Atlas, 2002.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 9. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004

_____. Equipe de Professores da FEA/USP (Coord.). **Contabilidade introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 293 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 392 p.

PEREZ JUNIOR, Jose Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis**. Normas e procedimentos. 191 p. São Paulo: Atlas 1998.

_____.**Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. viii, 188 p

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estela M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis, UFSC, 2001

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário de Avaliação de Controles Internos para Imobilizado

1. Existem normas por escrito que regulam as aquisições de bens do imobilizado?

Resposta: Sim

2. Quais são os níveis hierárquicos que tem autorização para aquisição de bens:

Resposta: Superintendente e gerente.

3. São emitidas Ordens de Compra para aquisição de bens móveis?

Resposta: Não

4. Como são adquiridos bens móveis?

Resposta: Através de pesquisa de mercado que são feitas pelo gerente ou superintendente para ver se há viabilidade financeira.

5. A contabilização das aquisições é previamente aprovada pelo contador?

Resposta: Sim.

6. A contabilização identifica todos os dados do bem, o nome do fornecedor e o número do documento de compra?

Resposta: Sim

7. Os documentos referentes às aquisições são guardados em arquivo próprio?

Resposta: Sim, são guardados na empresa.

8. Há controle individual dos bens do imobilizado?

Resposta: Sim, são feitos controles individuais, por meio de plaqueta.

9. Todos os bens estão identificados através de plaquetas numeradas?

Resposta: Sim

10. Há controles para guarda de bens de pequeno porte?

Resposta: As plaquetas ficam anexadas a nota fiscal, mas não há controle específico.

11. O controle patrimonial tem a localização do bem?

Resposta: Sim, o controle patrimonial possui a localização no relatório de bens.

12. São feitos confrontos periódicos entre o controle patrimonial e os bens?

Resposta: Não são feitos confrontos periódicos.

13. Se o controle patrimonial também tem o valor do bem atualizado, são feitos confrontos do controle com os registros contábeis?

Resposta: Não

14. No caso de transferência física do bem como é feito o registro no controle patrimonial?

Resposta: Não é realizado nenhum tipo de procedimento.

15. Qual a área da empresa que efetua o controle patrimonial?

Resposta:

16. Qual setor fica com a documentação dos imóveis (escrituras, registro de imóveis, plantas, etc.)?

Resposta: Administração da empresa.

17. Há um plano de manutenção de máquinas, veículos e equipamentos de escritório?

Resposta: Não

18. Se não existirem planos de manutenção e conservação, como as mesmas são feitas, quem as solicita, quem faz, quem as autoriza e quem as paga?

Resposta: Quando há necessidade de manutenção dos bens, essas são feitas ao superintendente ou gerente, se for autorizado por eles as mesmas são pagas pelo setor financeiro.

19. Existem normas para aprovação de baixas de bens?

Resposta: Não

20. Quais os bens que são segurados?

Resposta: Somente o veículo

21. Quais são os bens intangíveis que a empresa tem?

Resposta: Software